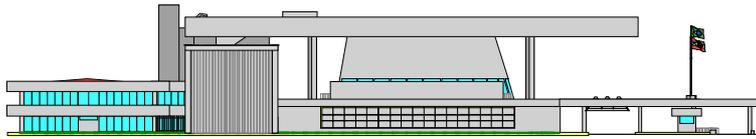


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 19 DE ABRIL DE 2011

NÚMERO 6.273

17ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa  
MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente  
Dado Cherem - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Maurício Eskudlark  
Elizeu Mattos

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin  
Ângela Albino  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Manoel Mota  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-  
Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente  
Ângela Albino  
Altair Guidi  
Sílvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente  
Maurício Eskudlark  
Sargento Amauri Soares  
Kennedy Nunes  
Jean Kuhlmann  
Ada Faraco De Luca  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Ângela Albino  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino de Oliveira  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel  
Altair Guidi  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino de Oliveira  
Ada Faraco De Luca  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Ada Faraco De Luca  
Maurício Eskudlark  
Ângela Albino  
Kennedy Nunes  
Ismael dos Santos  
Romildo Titon

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino de Oliveira  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente  
Sílvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Mauro de Nadal  
Volnei Morastoni

### COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente  
Manoel Mota  
Aldo Schneider  
Dirceu Dresch  
Ângela Albino  
José Nei Alberton Ascari  
Dado Cherem

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2273</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Publicações Diversas</b></p> <p>Audiência Pública..... 2 Atas da Procuradoria..... 6 Aviso de Licitação ..... 7 Aviso de Resultado ..... 7 Despacho..... 7 Ofícios..... 8 Portarias..... 10 Projetos de Lei ..... 11</p>
---	--	---

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA PARA DISCUTIR O ANDAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA ARENA MULTIUSO DE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO DIA 7 DE ABRIL DE 2011, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DA ALESC**

Aos sete dias do mês de abril de 2011, às 14 horas, realizou-se no Plenário da Alesc audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia com o objetivo de discutir o andamento da construção da Arena Multiuso de Florianópolis. O **Mestre de Cerimônias, senhor Washington Luis Mignoni**, abriu a audiência pública e passou a presidência dos trabalhos para a Deputada Estadual Angela Albino, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. A senhora **Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, dando sequência à reunião, cumprimentou todos os presentes e chamou para compor a **mesa dos trabalhos** o Deputado Estadual Edison Andriano, membro da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; o Deputado Estadual Marcos Vieira; o Deputado Estadual Renato Hinnig, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, neste ato representando o Governador do Estado de Santa Catarina; o senhor Marcos Vinícius Borges, consultor jurídico, neste ato representando o Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Cesar Souza Junior; o Secretário Municipal de Governo, Vereador Gean Marques Loureiro, neste ato representando o Prefeito de Florianópolis; o senhor Carlos Etor Averbek, representando a Caixa Econômica Federal (CEF); o senhor Edson Carlos de Quadra, representando o Crea/SC; o senhor Sebastião dos Santos, do Conség de Canasvieiras; o Vereador Ricardo Camargo Vieira, representando a Câmara Municipal de Florianópolis; o Vereador Jean Carlo Leutprecht, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul; o senhor Saulo Vieira, diretor-presidente do Sapiens Parque. Composta a mesa, a senhora Presidente registrou a **presença** de Michele de Souza, representando o Conselho Regional de Educação Física; do senhor Edson Cottoni, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - departamento de Santa Catarina; do senhor Manoel Carlos Maia de Oliveira, representando a construtora Viseu; do senhor Sílvio Rogério de Souza, diretor-geral da Associação Comercial de Florianópolis (Acif/seccional de Canasvieiras); do senhor Joaquim Vilarinho Júnior, comendador do Mérito Esportivo de Santa Catarina; do senhor Pedro Jorge Rocha de Oliveira, diretor de Licitações e Contratações do Tribunal de Contas do Estado; do senhor Tarcísio Schmitt, vice-presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santa Catarina; da senhora Rejane Varela, presidente da Mulher Democratas; da senhora Márcia Akemi, representando a Federação Catarinense de Motociclismo; do senhor Jucélio Paladini; vice-presidente estadual do PC do B; do

senhor Henrique Matos, representando o Vereador Edinon Manoel da Rosa, da Câmara Municipal de Florianópolis; do Vereador César Luiz Faria, da Câmara Municipal de Florianópolis; do senhor Pecos Borsatti, presidente da Fesporte; do senhor Norberto Dias, representando a Acate; do senhor Édio Manoel Pereira, superintendente da FME (Fundação Municipal de Esportes) de Florianópolis; dos Vereadores Lino Peres e Celso Sandrini, da Câmara Municipal de Florianópolis; do senhor Gervásio Duarte da Silva, representando a Associação dos Moradores do Norte da Ilha; do senhor Carlos Eduardo Medeiros (Calica); do senhor Mame Schroeder, representando os empresários de Canasvieiras. Em seguida, pediu que fosse feito um minuto de silêncio pela tragédia ocorrida hoje numa escola em Realengo, no Rio de Janeiro, onde um atirador assassinou cerca de dez jovens. Feita a homenagem às vítimas, apontou como primeiro ponto da audiência pública que Florianópolis precisa de uma arena multiuso e disse que há duas vertentes a serem debatidas hoje: como aconteceu a gestão do dinheiro público desde o início do projeto até agora e como aproveitar o equipamento do Estado para transformá-lo naquilo que a comunidade tanto necessita. Reiterou que o objetivo desta audiência pública é poder intervir no desenho atual desse projeto e entender como se deu o aporte de dinheiro público, razão pela qual apresentou um levantamento de dados em ordem cronológica dos fatos, de acordo com a documentação do processo licitatório, para que houvesse um conhecimento comum sobre toda essa problemática envolvendo a Arena Multiuso de Florianópolis: em 31 de dezembro de 2007 é assinado contrato de repasse de recursos da Caixa Econômica Federal à Secretaria de Turismo no valor de R\$ 3,9 milhões; em 15 de maio de 2008 foi aprovado no Conselho de Administração do Sapiens Parque a doação para o Governo do Estado do espaço para construção da Arena Multiuso, sendo importante lembrar que foi discutido e aprovado em ata que deveria ser incluso no projeto espaço voltado ao recebimento de convenções, em atendimento aos pleitos da comunidade; em 27 de junho de 2008 é autorizada a realização de processo licitatório, via concorrência, para a construção da Arena, através da SDR da Grande Florianópolis, autorização assinada pelo Governador, pelo Secretário de Turismo, pelo Secretário do Desenvolvimento Regional e pelo Prefeito de Florianópolis, sendo a obra orçada em R\$ 22 milhões; em 7 de julho de 2008 o Secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Gallina, autoriza o processo licitatório; em 14 de julho de 2008 o Secretário de Obras de Florianópolis apresenta o Projeto Arquitetônico aprovado pela SUSP, no qual consta área de 16.725 metros quadrados, com quadra poliesportiva, arquibancada, palco para shows, sala de convenções, auditório e área de exposições - o Projeto é deferido pelo engenheiro José Carlos Rauen, a anotação de Responsabilidade Técnica é feita por Márcia Demarchi Leite (arquiteta), Antonio Narloch Neto (engenheiro electricista) e Valdir Campos Júnior (engenheiro civil), todos com endereço de Joinville e contratados pela empresa Art Projetos. O orçamento básico de construção feito pela Secretaria de Administração do Município é de R\$ 32.889.044,52, valor que difere

completamente do valor orçado pelo Estado: R\$ 22 milhões. Em 18 de julho de 2008 o Secretário Valtter Gallina informa à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Turismo que o Projeto é orçado em R\$ 22 milhões; em 11 de fevereiro de 2009 o Secretário Valtter Gallina solicita ao Secretário de Gestão dos Fundos Estaduais a descentralização de crédito orçamentário, apresentando a obra orçada em R\$ 32.889.044,52 e o cronograma de execução de obras, com início em 1º de maio de 2009 e término em 30 de novembro de 2010; em 2 de março de 2009 é assinado o Temo de Cooperação Técnica entre o Estado e a Prefeitura de Florianópolis, ficando a SDR responsável por promover a licitação e fiscalizar as obras e a PMF por ceder projetos de engenharia, executar limpeza e terraplanagem (indispensável para o início das obras), com prazo de dois anos (não há repasse de recursos); em 18 de março de 2009, o Aviso de Licitação através do Edital 020/2009, sendo objeto do contrato a construção de um galpão pré-moldado com cobertura metálica; em 23 de abril de 2009 foi feita a abertura das propostas apresentadas por três empresas, Infrasul, Viseu e Carlessi, sendo considerada habilitada apenas a Viseu, com sede em Joinville; em 18 de maio de 2009 o TCE julga o Edital de Concorrência Pública, identifica uma série de irregularidades e determina a sustação do processo licitatório; em 28 de maio de 2009 a SDR susta o procedimento licitatório; em 20 de julho de 2009 inclui a SDR com intermitente executora junto ao contrato firmado na CEF; em 12/1 de novembro de 2009, após nova decisão do TCE, continua o processo licitatório e é homologada a proposta da empresa Viseu, e o valor proposto pela empresa é R\$ 26.862.971,29 (o valor orçado pelo projeto era de mais de R\$ 32 milhões); em 23 de novembro de 2009 é assinado o contrato entre a Viseu e a SDR no valor de R\$ 26.862.971,29, sendo de mão de obra R\$ 6.124.827,91 e de materiais R\$ 20.738.143,38, com prazo de 540 dias consecutivos a contar da publicação e garantia inicial de R\$ 1.343.148,58 (5% do contrato); em 2 de dezembro de 2009 é autorizada a ordem de serviço e início das obras; em 8 de dezembro de 2009 o Secretário Valtter Gallina atesta, via declaração, a capacidade técnica e gerencial da SDR para executar com qualidade a construção da segunda etapa do Centro de Eventos; em 12 de dezembro de 2009 o então Secretário de Turismo, Gilmar Knaesel, declara o empreendimento como de caráter turístico que satisfaz um conjunto de requisitos; em 22 de dezembro de 2009 o Secretário Valtter Gallina apresenta um novo cronograma de trabalho para execução da obra, com início em 10 de dezembro de 2009 e término: em 10 de maio de 2011; em 23 de dezembro de 2009 a CEF informa ao Secretário de Turismo que os recursos da primeira etapa não serão mais repassados porque a licitação realizada pela SDR foi considerada não apta para o início do objeto do contrato, haja vista que os custos obtidos foram 26,22% superiores aos aprovados para análise do orçamento base; em 31 de dezembro de 2009 foi assinado outro contrato de repasse de recursos com a Caixa Econômica Federal para realizar a segunda etapa do Centro de Eventos no valor de R\$ 3,9 milhões; em 30 de agosto de 2010 a CEF comunica que a possibilidade de repassar recursos previstos no contrato depende de aprovação prévia dos projetos, sendo que a cláusula de suspensão do contrato foi prorrogada até o dia 25 de abril de 2011 - caso contrário o contrato será nulo; em 10 de novembro de 2010 a SDR informa que até o mês de outubro de 2010 autorizou empenhar a quantia de R\$ 4.993.345,61 - foram pagos R\$ 4.112.525,23, faltando empenhar R\$ 880.820,38. Feita a apresentação da ordem cronológica dos fatos, a senhora Presidente fez os seguintes questionamentos: Porque a comunidade não foi ouvida? O trade turístico foi ouvido? Por que a execução de responsabilidade da Secretaria Estadual de Turismo foi transferida para a Secretaria do Desenvolvimento Regional, que não tem estrutura para executar obras de tamanha envergadura? Por que a obra foi orçada em R\$ 22 milhões pela Secretaria de Turismo, em R\$ 32.889.044,52 pela Prefeitura de Florianópolis e em R\$ 26.862.971,29 pela empresa vencedora? Por que tanta diferença nos valores? Em relação a terraplanagem, de responsabilidade da PMF, quem a realizou e qual o custo? Por que não foram cumpridas as cláusulas contratuais que bloquearam o repasse do primeiro financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 3,9 milhões? Quais as providências que a SDR tomou em relação ao cumprimento do contrato e da aprovação dos projetos para receber o repasse dos recursos do contrato da CEF para a realização da segunda etapa da obra, no valor de R\$ 3,9 milhões? Qual o estudo sobre o impacto na mobilidade da região? Existe proposta? E os estacionamentos? Feitos os questionamentos, avaliou que a disposição da SDR e da Secretaria de Turismo de aperfeiçoar o projeto dava toda a credencial para que esta audiência pública fosse produtiva e estipulou o tempo de manifestação para os membros da mesa em cinco minutos. O senhor **Deputado Estadual Edison Andriño** pediu a palavra para sugerir que a Prefeitura, a SDR e a Secretaria de Turismo tivessem um tempo maior para se manifestar. A senhora **Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, perguntou se todos estavam de acordo com a sugestão do Deputado Edison Andriño e citou a ordem das manifestações. Em primeiro lugar, então, usou a palavra o senhor **Marcos Vinícius Borges, consultor jurídico, neste ato representando o Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Deputado Cesar Souza Junior**, que cumprimentou todos e parabenizou a Deputada Angela Albino pela audiência pública. Disse que a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) tem nível de participação limitado na Arena Multiuso de Florianópolis, informando que no início da gestão do Secretário de Turismo estavam em andamento duas obras problemáticas na Grande Florianópolis, a do CIC e a da Arena Multiuso, ambas tratadas em caráter prioritário pelo titular da Pasta de Turismo, acrescentando que especificamente no caso da Arena Multiuso a SOL criou uma comissão interna para diagnosticar o andamento das obras. Salientou que a primeira providência foi solicitar documentos à SDR, os quais foram devidamente analisados, tendo-se feito depois um parâmetro geral da situação, informando que essa documentação e a análise já foram

encaminhadas à Deputada Angela Albino. Contou que a comunidade do norte da Ilha, insatisfeita com o descompasso entre o projeto que está sendo executado e as suas necessidades, tomou a iniciativa de marcar uma audiência pública para ouvir o Secretário de Turismo sobre a questão Arena Multiuso, destacando como encaminhamento final da audiência a formação de comissão multidisciplinar composta por dez membros da comunidade e outros membros designados pela Secretaria de Turismo com o objetivo de estudar a possibilidade técnico-jurídica de readequação do projeto no sentido de satisfazer as necessidades da comunidade. Em seguida, disse que na semana passada realizou-se a primeira reunião feita para ouvir a comunidade, que na ocasião entregou à Secretaria de Turismo um documento listando as suas reivindicações, denominado Protocolo de Necessidades, acrescentando que a assessoria técnico-jurídica da SOL está estudando a possibilidade de ser feita essa readequação do projeto. Lembrou que a licitação já teve vencedor, que a obra já está em andamento, que já foi firmado um contrato administrativo, que valores já foram pagos, que medições já foram feitas e que, mesmo assim, iam tentar fazer uma mudança nisso, a qual será analisada pelo viés técnico e jurídico. Salientou que embora o objetivo do Secretário de Turismo seja fornecer subsídios para auxiliar a readequação do projeto, a responsabilidade da SOL fica limitada à fiscalização da obra, já que a sua execução está a cargo da SDR. Dito isso, colocou-se à disposição para dirimir quaisquer dúvidas. Na sequência, fez uso da palavra o senhor **Manoel Carlos Maia de Oliveira, representante da Viseu**, que informou que a construtora teve a ordem de serviço no dia 2 de dezembro de 2009, destacando que do contrato de R\$ 26,8 milhões, R\$ 20,7 milhões eram recursos da SDR e R\$ 3,9 milhões da CEF. Em seguida, projetou animação da Arena Multiuso, mostrando as partes interna e externa da obra. Finda a apresentação, disse que em 2010, ano em que iniciaram a obra, foram retirados R\$ 3 milhões dos R\$ 7 milhões inicialmente previstos e que por isso foram obrigados a paralisar a obra, salientando que já tinham ultrapassado o recurso disponível. Posteriormente houve alocação de mais R\$ 1 milhão e com isso retomaram a obra, informando que hoje a empresa já recebeu R\$ 4,8 milhões, tendo mais ou menos R\$ 1 milhão em pré-moldados prontos e que não foram colocados, e como o contrato só permite o recebimento com a obra montada, esse valor está depositado e a empresa ainda não o recebeu. afirmou que não procede a informação de que a obra foi abandonada, reiterou que ela está paralisada desde outubro de 2010 por falta de recursos, acrescentando que, como é natural numa mudança de governo, teve que se esperar a determinação do novo Secretário da SDR e que, portanto, o repasse de recursos será a partir de maio, acreditando que a partir daí as obras poderão ser reiniciadas e que o ritmo delas vai ser ditado pela disponibilidade orçamentária do Estado. Retomando a palavra, a senhora Presidente concedeu a palavra ao senhor **Saulo Vieira, diretor-presidente do Sapiens Parque**, que afirmou que o Sapiens é mais uma vítima e que está sofrendo todo o ônus do desgaste da sua imagem, porque as pessoas não dizem que a obra está localizada "ao lado" do Sapiens, e sim que está "no" Sapiens Parque. *[Taquígrafa-revisora: Margareth Balsini Genovez]* Disse não aguentar mais ter que dar explicações sobre isso todos os dias, constatou que em 15 de maio de 2008 foi aprovada no Conselho de Administração do Sapiens a doação, para o governo do Estado, do espaço para a construção da Arena Multiuso e esclareceu que o terreno não foi doado, mas sim desapropriado, salientando que o Sapiens foi expropriado e que até hoje não recebeu dinheiro. Leu, em seguida, parte do Decreto nº 1.935, de 1º de fevereiro de 2008, que diz que fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, um terreno com a área de 14.498 metros quadrados; que o artigo 4º desse decreto diz que nos termos do artigo 15 do Decreto Lei Federal 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante (no caso, o Estado) autorizado a evocar, com caráter de urgência, desapropriação e imissão de posse do imóvel a que se refere o decreto, afirmando que a imissão foi automática. Disse que foi evocada a legislação do tempo do Getúlio que autorizava esse tipo de ocupação e que desde aquele instante o Sapiens ficou despojado do seu patrimônio. Declarou que a partir do momento em que foi notificada a preocupação dos empresários do turismo, dos hotéis da comunidade e do setor esportivo começou a palpitar na imprensa algumas notícias desencontradas, que por esse motivo recebeu a visita do jornalista Moacir Pereira, que visitou a pé pedaço por pedaço a área e que por conta disso o Governador queria saber qual seria a solução. Explicou que a sumária irresponsável seria demolir, mas por haver ali dinheiro público, teria que se aproveitar o que fosse possível e que a melhor maneira, então, seria dar, um novo *lay out* ao projeto. Contou que o Renan, jogador e campeão mundial de voleibol, disse que com o atual projeto não poderão jogar vôlei internacional naquele ginásio por causa do pé direito da obra. Prosseguindo, afirmou que a Acif queria que a soma das oito ou nove salas fosse de 1.500 metros, ou em torno disso, para fazer convenções; que, averiguando o projeto que veio de Jaraguá do Sul, constatou que o que está em execução não é o projeto que foi oferecido para análise. Comentou que fez uma reunião com os arquitetos André Schmitt e Nelson Saraiva e disse que eles estão fazendo uma pré-análise do aproveitamento, informando que teve uma longa audiência com o Secretário Renato Hinnig nesta semana que levou a posição do Governador, qual seja, que o Sapiens, em nível de colaboração, a SDR, em nível de responsabilidade, e a Secretaria do Turismo devem buscar uma solução e que essa versão é que vai ser decisiva. Com referência a custos, disse que o projeto de Jaraguá veio de graça. Contou, ainda, que o aterro foi doado pelo Sapiens; que o barro velho do desmonte do morro de Santo Antônio foi colocado na parte baixa do Sapiens e que, para compensar isso, foram doados cerca de 60 mil metros cúbicos de areia; que a Prefeitura terraplanou e acertou todo o terreno. Concluindo, cumprimentou a Deputada Angela Albino pela beleza do relatório apresentado no início da audiência pública, ressaltando que a única inconstância seria contra a

doação e a expropriação, e colocou a diretoria e o corpo técnico do Sapiens à disposição da Comissão e do governo do Estado. Em seguida, usou da palavra o **Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Deputado Renato Hinig**, que cumprimentou todos e disse que sobre esse assunto pouco tinha a dizer porque assumiu a Secretaria no dia 1º de março último, acrescentando que, juntamente com o consultor jurídico, continua sendo o único comissionado nomeado na SDR e que, em função disso, a sua atuação tem sido apagar os incêndios que surgem no dia a dia, por isso ainda não teve tempo suficiente para se debruçar nitidamente sobre a questão desse centro multiuso. Disse que buscou informações com o doutor Saulo Vieira, com a construtora Viseu, na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e na Prefeitura de Florianópolis; que estava presente na audiência pública para ouvir atentamente todos e tentar encontrar a solução do impasse estabelecido segundo a orientação recebida do Governador Raimundo Colombo. Defendeu que em um trabalho coordenado, envolvendo a comunidade local, a Prefeitura de Florianópolis e todas as áreas do governo do Estado, encontrarão a melhor solução e o destino adequado para aquela obra, na qual o governo do Estado já investiu aproximadamente R\$ 5 milhões, e recurso público. Afirmou que farão uma análise técnica e jurídica e que ouvirão a comunidade a fim de apresentar alternativas de solução ao governo do Estado para, a seguir, fazer encaminhamentos mais adequados. Dando sequência à reunião, a senhora Presidente passou a palavra ao **Secretário Municipal de Governo, Vereador Gean Marques Loureiro, de Florianópolis**, que iniciou dizendo que a Arena Multiuso de Florianópolis é um presente prometido à Prefeitura e que ela está aguardando a entrega definitiva dessa obra. Contou que já houve uma discussão com a comunidade do norte da Ilha há muito tempo no sentido de se ter um espaço tanto para eventos permanentes como para qualquer modalidade esportiva com o propósito de atrair turistas e participantes desses eventos por um período mais prolongado, os quais, ao se hospedarem em hotéis e utilizarem toda a estrutura gastronômica do norte da Ilha, movimentariam o comércio e, conseqüentemente, a economia daquela região, bem como de toda a cidade de Florianópolis. Contou, ainda, que participou de um debate em Canasvieiras, promovido pelo Conselho Comunitário de Segurança, ocasião em que chegaram à conclusão que a comunidade quer essa estrutura e que existe vontade de isso acontecer, mas que o que vem sendo encaminhado, seja pela Secretaria de Turismo, seja pelo Governador do Estado, é como realizar as adequações necessárias. Disse que a reversão do palco permite outros tipos de eventos, expressou sua tranquilidade quando soube que a locação foi definida pelo Master Plan e lembrou que ficou estabelecida a conclusão das obras de duplicação da SC-401 para a utilização do Sapiens Parque. Registrou que tudo isso foi definido em 2008, no contrato estabelecido e encaminhado pelo governo do Estado, e que a Prefeitura iria realizar os projetos de engenharia, de execução de limpeza e a terraplanagem do local para permitir a execução da obra, sendo a Prefeitura obrigada a contratar o projeto de acordo com o termo de cooperação técnica. Prosseguindo, disse que a empresa que executou o projeto, conforme os requisitos técnicos apresentados, foi a RT Projetos Ltda.; que quando foi realizado o projeto executivo permitiu-se que a SDR licitasse a obra; que a partir disso, quando foi entregue a ordem de serviço, no início de dezembro de 2009, iniciaram-se as tratativas para a conclusão definitiva das obrigações da Prefeitura, que era a execução da terraplanagem e a limpeza de toda a área. Informou que a Secretaria de Obras contratou a empresa Pronorte Terraplanagem e Construções Ltda. e que esta, no ano de 2010, encerrou toda a terraplanagem, salientando que os compromissos da Prefeitura de Florianópolis, estabelecidos no termo de cooperação técnica entre Prefeitura e governo do Estado, foram todos concluídos. Disse que a Prefeitura ainda está presente porque tem interesse que essa obra seja realizada e concluída e que espera muito mais do que apenas uma arena para realização de eventos, reiterando que a comunidade do norte da Ilha quer que esse espaço seja de multiuso permanente, com objetivo social, com qualificação de mão de obra, com projetos e atividades esportivas, evitando a sazonalidade de Florianópolis. Comentou que muitos acham que essa obra é um elefante branco e declarou que a parceria entre a Prefeitura, o governo do Estado e demais Secretarias ligadas ao turismo irá transformar aquela área. Cumprimentou os Vereadores Lino Peres e Celso Sandrini e disse que na audiência em Canasvieiras o Secretário de Turismo firmou o compromisso de ouvir ainda mais a comunidade e de buscar, diante das soluções apresentadas pelo Sapiens, pela SC Parcerias, pela SDR e pela Secretaria de Turismo, as adequações possíveis, a fim atender a comunidade. Afirmou que o compromisso da Prefeitura, no termo de cooperação técnica, foi cumprido na plenitude e que o contingenciamento orçamentário no ano de 2010 é que fez com que a obra fosse paralisada. Argumentou que o importante é que a comunidade está mobilizada e que a Prefeitura está disposta a prestar todos os esclarecimentos. Deixou claro que a integração do Parlamento estadual na fiscalização do assunto, bem como a relação do governo do Estado com a Prefeitura e a participação efetiva da comunidade, da classe empresarial, das lideranças comunitárias e de todos os seguimentos, não apenas de Canasvieiras, mas de todo o norte da Ilha e de Florianópolis, permitirá uma grande comemoração quando da entrega da Arena Multiuso. A **senhora Presidente, Deputada Angela Albino**, explicou que a Comissão convidou a Prefeitura para fazer parte da audiência porque foi ela que elaborou o projeto que está em execução, passando a seguir a palavra ao senhor **Carlos Etor Averbeck, representante da Caixa Econômica Federal**, que informou o que o projeto da Arena foi beneficiado com duas emendas parlamentares e que houve dois empenhos do Ministério do Turismo, um do final de 2007 para a Secretaria do Turismo, que em 2009 fez um termo aditivo ao contrato trazendo a SDR como interveniente executora da obra, e outro em 2009, já com a SDR, ambos no valor do repasse, ou seja, R\$ 3,9 milhões. Esclareceu que a lei

permite uma cláusula suspensiva do contrato até que sejam superadas as questões relativas ao projeto e outras, como a questão ambiental. Disse que do primeiro projeto de 2007 toca à Caixa a parte de infraestrutura, ou seja, fundações e blocos; que a CEF não pega o empreendimento todo, até porque não tinha todos os projetos completos naquela época; que o Ministério do Turismo autorizou fazer uma obra em etapas, quando o normal é que cada recurso tenha funcionalidade; que como a obra seria em etapas, e o governo tinha recurso disponibilizado para a obra toda, ficou garantido que teria funcionalidade ao final; que essa primeira parte de recursos foi disponibilizada pelo Ministério; que o projeto foi aprovado pela Caixa, o memorial descritivo, os custos, o orçamento, o cronograma; que uma vez superada essa fase do projeto, retiram essa cláusula e aguardam os documentos da licitação. Contou que a primeira parte do projeto foi aprovada mas os custos não bateram quando chegou o edital da obra, por isso não tiveram condição de aprová-lo. Reiterou que não houve nenhum desembolso de recurso por parte da CEF para essa primeira parte e que estão impossibilitados hoje por conta da questão de custos, lembrando que a Presidente da audiência pública havia citado isso no início da reunião. Falou que quando a segunda operação chegou à Caixa, a de 2009, já tinha sido feita a licitação do primeiro projeto, salientando que se debateram com o mesmo problema do primeiro caso, ou seja, não passou na análise de custos da Caixa. Afirmou que estão sem condições de dar continuidade a duas operações, ambas de R\$ 3,9 milhões, repasse do governo federal, e que estão aguardando uma solução dessa questão para poder participar disso. Explicou que a suspensão do contrato é, na verdade, uma cláusula suspensiva ainda existente na segunda operação, informando que na primeira isso não existe mais. Prosseguindo, declarou que a operação de 2009 (a segunda) ainda está em cláusula suspensiva e que o prazo para superar tal cláusula é entre 24 e 25 de abril, explicando que se nessa data não tiver sido superada essa fase, o proponente, no caso a SDR, faz uma solicitação, que vai bater no Ministério do Turismo, o qual vai atualizar isso. Lembrou que o Ministério do Turismo não tem autorizado individualmente as solicitações; que ele verifica se tem muitos Municípios, muitos proponentes nessa situação para saber se autoriza mais tempo de prazo para superar as questões de projetos, acrescentando que o que impede o licenciamento é a aprovação do projeto e custos contidos. Na sequência, a senhora Presidente registrou que foram feitas sete inscrições, limitou o tempo em três minutos e passou a palavra ao primeiro inscrito, senhor **Ivair de Lucca, professor da Udesc e presidente do Comitê Estadual de Handebol Feminino**, que comentou ser curto o tempo para explanar as suas muitas informações. Disse que o Sapiens Parque seria a salvação para o grande evento internacional de handebol, avaliando que se ele for bem conduzido em Santa Catarina, o Brasil ganha, se ele for mal, os catarinenses é que irão pagar o grande vexame. Saudou todos os participantes da audiência pública que defendem os segmentos turismo, cultura e esporte, pois entende que esse debate é no sentido de estreitamento dos laços de parceria entre esses três segmentos, lembrando que eles não são adversários, e sim parceiros, pois defendem os mesmos princípios, bandeiras, ideias. *[Taquígrafa-revisora: Ivana Lúcia Lentz]* Lamentou o fato de este debate ocorrer apenas agora, quatro ou cinco anos depois do momento da concepção do projeto inicial, da definição do objeto principal do Sapiens Parque. Afirmou que a Arena foi concebida para ser um centro multiuso e que seu projeto arquitetônico atende plenamente os setores do esporte e parcialmente outros segmentos. Lembrou que em 2010 visitou a obra e encaminhou 26 sugestões possíveis e necessárias para atender aos requisitos mínimos exigidos para realizar competições internacionais. Pontuou o grande problema gerado, expondo que a competição principal acontecerá daqui a seis meses e a construção está apenas nas fundações. Acrescentou o número de embargos à obra, sua paralisação e o fato de estarem ainda discutindo o seu objeto principal. Estimou o retorno econômico que o Município perderá se a Arena não for viabilizada e o valor necessário para a sua conclusão, para corrigir os problemas e as limitações que as demais Arenas apresentam. Enumerou algumas falhas na infraestrutura das demais Arenas e lamentou a inexistência de um projeto de captação de água da chuva na Arena do Sapiens Parque, visto ser a água um dos grandes problemas do norte da Ilha. Em seguida, a senhora presidente concedeu a palavra ao **Vereador Ricardo Camargo Vieira**, que, em nome da Câmara de Vereadores de Florianópolis, registrou preocupações não somente em relação à execução e ao andamento do projeto, mas também, e sobretudo, aos impactos e às características da obra. Frisando essa preocupação, dimensionou as conseqüências que um planejamento inadequado traz para a população, apontando as reivindicações das comunidades do norte da Ilha. Concordou, cautelosamente, com os benefícios que o evento trará para a economia municipal, salientando que esses devem ser acompanhados com extrema responsabilidade pelos gestores. Sugeriu maior intercomunicação entre o Município e o Estado, destacando a importância de focarem a obra, mas também as obras necessárias no seu entorno. Finalizou reafirmando a importância tanto do planejamento das perspectivas econômicas como da avaliação dos conseqüentes impactos. Dando prosseguimento, a senhora presidente passou a palavra ao senhor **Deputado Estadual Edison Andrino**, que, após os cumprimentos, registrou que pela manhã havia se pronunciado nesta Casa no sentido de se organizar uma frente pela conclusão do aeroporto Hercílio Luz, citando, em seguida, algumas das obras inconclusas no Município, como a ponte Hercílio Luz, o projeto do Trevo da Seta e o anel viário da Grande Florianópolis. Reafirmando a importância do Sapiens Parque não só para Florianópolis como para Santa Catarina, avaliou que estão pagando o preço pela falta de planejamento e que tem que se buscar uma saída. Tendo em vista a falta de informações pertinentes ao projeto, perguntou ao senhor Carlos Etor Averbeck, representante da Caixa Econômica Federal, quem era o autor das emendas parlamentares, quais os valores das emendas e se os valores foram liberados. A

senhora **Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, sugeriu que as perguntas fossem respondidas ao final, após as manifestações, e, atendendo a solicitação do senhor **Sívio**, registrou que se Santa Catarina não sediar o mundial de handebol feminino, o Brasil estará suspenso por dez anos e não participará dessa modalidade nas Olimpíadas de 2016, além de ter que pagar uma multa de 500 mil francos suíços. Dito isso, concedeu a palavra ao senhor **Deputado Estadual Marcos Vieira**, que, respondendo a primeira e natural indagação, disse que a obra parou por falta de recursos ou por problemas na elaboração do projeto. Salientou que somente agora a opinião pública está sendo informada que a comunidade não foi consultada quando da elaboração do projeto e fez um breve histórico acerca da situação, mencionando que havia sido procurado pelo segmento hoteleiro de Canasvieiras quando ocupava a Secretaria de Estado da Administração. Citou a Lei 17.593, de 8 de março de 2005, que contempla as tratativas estabelecidas e o compromisso assumido por parte do Estado, esclareceu que o teor da referida lei emprega claramente a expressão Centro de Eventos no Distrito de Canasvieiras mas que foi veiculado na imprensa que no terreno do Sapiens Parque seria construído o centro de convenções do norte da Ilha, informando que posteriormente, depois da obra paralisada, é que ficaram sabendo que na verdade tratava-se de um centro multiuso, com 80% de sua estrutura destinada à atividade esportiva. Buscando responder às indagações do Deputado Edison Andrinio sobre a origem do dinheiro, explicou que os R\$ 7 milhões fazem parte de uma emenda parlamentar do Senador Leonel Pavan, que destinava recursos para construção do Centro de Convenções de Balneário Camboriú. Relatou que, na época, o Governador Luiz Henrique pediu ao Senador Leonel Pavan que mudasse o foco de destino dos recursos, saindo de Balneário e vindo para Florianópolis. afirmou que competia à Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura licitar, executar e dotar o norte da Ilha desse Centro de Convenções mas que, inexplicavelmente, essa atribuição saiu da competência dessa Secretaria e foi parar nas mãos da Secretaria do Desenvolvimento Regional. Dimensionando as proporções do problema, reafirmou sua confiança na atuação do Secretário Renato Hinnig e lembrou que se o objetivo da construção de um Centro de Eventos era acabar com a sazonalidade do norte da Ilha, um centro de atividades esportivas não irá contemplar isso, frisando a importância de se diferenciar os modelos de turismo, visto que uns distribuem renda e outros a concentram. Disse que se deve dar todo o apoio ao esporte mas que primeiro temos que dar apoio ao emprego. Encerrou reafirmando que criar emprego e gerar renda é efetivamente o objetivo que se deve ter nesse projeto. Prosseguindo, a senhora presidente concedeu a palavra ao senhor **Sívio Rogério de Souza, diretor-geral da Acif - regional de Canasvieiras**, que, depois de cumprimentar todos os presentes, avaliou como sábias as palavras do Deputado Marcos Vieira. Confirmou que a atual concepção do projeto nunca foi discutida com a Acif, reafirmando que a ideia original era a construção de um centro de eventos. Tentando adaptar-se à realidade dos fatos, disse que participaram de diversas reuniões no Sapiens Parque, obtendo do pessoal da arquitetura a garantia de que seria construído um anexo que comportasse feiras de maior porte com o objetivo de manter por maior tempo as pessoas na região, a fim de minimizar a sazonalidade. Advertiu que Florianópolis está perdendo o bonde da história, lembrou que a cidade, na época do WCT, esteve em foco por muito tempo na mídia internacional e afirmou que agora, por falta de organização e sustentabilidade dos projetos, perdem-se oportunidades como aquela. Em seguida, a senhora Presidente concedeu a palavra ao senhor **Sebastião dos Santos, presidente do Conseg de Canasvieiras**, que, primeiramente, informou ao senhor Ivair de Lucca que o projeto prevê, sim, o aproveitamento da água da chuva. Relatou que procuraram o Deputado Cesar Souza Junior e, juntos, buscaram esclarecimentos com o Secretário acerca da obra, ocasião em que ficaram sabendo que a obra não contemplava a principal reivindicação da comunidade. [Taquígrafa-revisora: Sandra Mara Coelho] Relatou que sempre foi discutido no Conseg e no Sapiens Parque os termos centro de eventos, centro de convenções, que nunca se falou em arena multiuso. Informou que o engenheiro Calica falou numa reunião em Canasvieiras que a Arena Multiuso seria construída no aterro da Baía Sul, mas como não deu certo, seria então no terminal de ônibus cidade de Florianópolis, e como também não deu certo, levaram para Canasvieiras. Ressaltou que querem equipamento e grandes eventos, para acabar com a sazonalidade, informando que o Conseg está preocupado com isso porque é necessário promover segurança, emprego, renda, saúde e educação, por isso a briga por emprego e renda para as pessoas do norte da Ilha durante o ano todo. Agradeceu a oportunidade de se manifestar e se colocou à disposição. Na sequência, usou da palavra o senhor **Mame Schroeder, representando os empresários de Canasvieiras**, que destacou que há dezoito anos estão tentando diminuir a sazonalidade no norte da Ilha, salientando que os equipamentos que almejam preencherão a lacuna de emprego e renda para as pessoas após a temporada de verão. Evidenciando que o centro de eventos em questão foi elaborado sem consultá-los, lembrou que foi proposta, através do Sapiens Parque, uma comissão para visitar outros Estados e outros municípios de Santa Catarina para saber realmente o que queriam, afirmando que, depois disso, foi pedido o equipamento que contemplava grandes feiras e grandes eventos. Finalizou parabenizando a Deputada Angela Albino pela proposta de realizar esta audiência pública. Fazendo uso da palavra, o senhor **Nelson Petersen, do Movimento SOS Canasvieiras**, disse que embora o Movimento que representa tenha como foco o saneamento básico, apoia todas as ações que contribuem para melhor qualidade de vida em Florianópolis e norte da Ilha, afirmando que o norte da Ilha está se transformando numa ilha da fantasia e que em breve a temporada de verão vai acabar porque a água do mar está contaminada. Informou que, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, o posto de saúde de Canasvieiras atende em média 500 pessoas por dia fora da temporada

e 1.500 pessoas por dia na temporada, tendo convidado o presidente da Casan e o diretor da Vigilância Sanitária para tomarem banho de mar em Canasvieiras e lembrando que logo depois o posto de saúde vai ter que atendê-los. Dito isso, afirmou que a Casan "propicia" a doença de mil pessoas por dia durante o verão, acrescentando que recebe e-mails dos turistas da Argentina que passaram a temporada em Canasvieiras dizendo que não retornarão mais porque tomaram banho de mar e ficaram doentes. Sobre o aumento da rede de esgoto para oitenta mil pessoas no norte da Ilha, que inclui Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Pontas das Canas e Lagoinha, advertiu que somente o bairro de Canasvieiras possui cem mil pessoas na temporada, sugerindo, então, que a Casan construisse uma rede de esgoto para cem mil pessoas. Finalizou sua manifestação convidando a Deputada Angela Albino para participar de uma audiência em Canasvieiras, para ajudar na solução do problema, ao que a Deputada respondeu que seria um prazer participar da reunião, acrescentando que a Comissão que preside com certeza fará uma reunião ou uma conversa, se assim a comunidade desejar. Em seguida, a senhora Presidente concedeu a palavra ao senhor **Pecos Borsatti, presidente da Fesporte**, que informou que está no esporte há quarenta anos, sendo vinte anos em Concórdia e vinte anos em Florianópolis, e que Concórdia tem um centro de eventos com cinco mil lugares. Ressaltou que em 1991 o Instituto de Educação de Florianópolis tinha três quadras descobertas e que ajudou o Secretário à época a construir o ginásio coberto, lamentando que, passados vinte anos, Florianópolis ainda não tem uma arena e, por isso, está fora do mundial de handebol. Manifestou a sua vontade em fazer um ginásio em Ingleses e Canasvieiras e um centro com oito mil lugares e toda a infraestrutura, caso contrário, vão ficar eternamente discutindo e não vão achar solução. Na sequência, usou da palavra o **Vereador Lino Peres, da Câmara Municipal de Florianópolis**, disse ter acompanhado a implantação do Sapiens Parque, que na época havia críticas sobre o estudo do impacto ambiental e que, como arquiteto, fez um levantamento não só do impacto ambiental, mas também do impacto de vizinhança, porque na época reclamavam que não havia um estudo de tráfego de acesso. Avaliou que os grandes empreendimentos na Ilha geram grandes problemas de mobilidade e lembrou que nem o estudo de impacto de vizinhança nem o centro de convenções foram debatidos profundamente na época. Manifestou a sua preocupação em relação aos equipamentos por não terem sido previstos dentro do Master Plan e sugeriu que fossem observados os equipamentos previstos à época para depois fazer um estudo detalhado de cada equipamento. Quanto à localização da Arena Multiuso, opinou que a parte norte da Ilha precisa ter atividades culturais que a complementem na baixa temporada, destacando a necessidade de também se fazer um estudo de impacto de vizinhança, porque os equipamentos foram mudados. Sugeriu que fossem realizados outros eventos com a participação do Crea, do trade turístico, dos empreendedores e da universidade. Ressaltou a importância de a universidade participar dos debates e colocou-se à disposição para qualquer debate referente ao uso de equipamentos. Dando prosseguimento à reunião, a senhora Presidente, Deputada Angela Albino, passou a palavra ao **Vereador Sívio Saad, da ONG Eco e Ação**, que ponderou que numa audiência pública é o público que tem que ter mais tempo para falar, solicitando que as audiências públicas fossem realmente públicas. Recomendou que o Deputado Renato Hinnig coordenasse todos os setores envolvidos na questão e propôs que fossem chamados a Casan, o Deinfra, o governo e a Secretaria para participarem de uma audiência. Avaliou que ninguém faz um ginásio em seis meses, argumentando que só para construir 4 quilômetros de estrada de Ingleses a Jurerê, o prazo da licitação é de 450 dias. Comentou que o acesso para se chegar à Arena Multiuso ainda não está previsto, consequentemente, se hoje um indivíduo sair do centro de Florianópolis às 19 horas, vai chegar na Arena à meia-noite. Revelou que não adianta fazer prédio e não fazer esgoto, estrada e estacionamento, avaliando ser importante ter essa concomitância de obras. Esclareceu que o nome centro de convenções significa ter feiras e outros, que centro de eventos significa ter música, teatro e outros, que centro esportivo significa outra coisa, assim como ginásio, salientando que arena multiuso é para se fazer tudo e que primeiro precisa ser definido o nome para aquilo. A senhora **Presidente, Deputada Angela Albino**, respondeu ao senhor Sívio que os encaminhamentos estão sendo anotados e que ao final serão feitas propostas de encaminhamentos desta audiência. A seguir, manifestou-se o senhor **Joaquim Vilarinho Júnior, comendador do Mérito Esportivo de Santa Catarina**, que disse estar pasmo como as coisas acontecem no esporte em Florianópolis, uma cidade bicampeã nos jogos que não possui nem pista de atletismo sintética nem raia para remo. Lembrando que o ideal de um ginásio é que nele caibam dez mil pessoas, disse Florianópolis não tem nem um ginásio em que caibam quatro, cinco ou seis mil pessoas, citando que o maior ginásio de Florianópolis é o do Sesc. Comentou a sua vontade de fazer um ginásio em Canasvieiras e Ingleses e disse que não interessa o nome que vai ser dado, informando que hoje se usa o termo arena no mundo inteiro, onde são realizados shows, convenções, apresentações e tudo mais. Avisando que Florianópolis está aquém de todos os municípios, pediu empenho dos Deputados para a construção de uma arena aqui, sugerindo que na hora do planejamento dessa arena sejam consultados professores de Educação Física, a Fundação Catarinense de Esporte de Santa Catarina (Fesporte), o Conselho Regional de Educação Física, a Fundação Municipal de Esporte, para ver os limites das quadras. Em seguida, fez uso da palavra o senhor **Edson Cottoni, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)/ departamento de SC**, que disse ter o IAB grande preocupação com as intervenções urbanísticas nos locais-sede dos jogos. Avaliou que em muitas falas houve um descompasso entre a necessidade da população e o objetivo posto ou acordado, acrescentando que a falta de sintonia, ou a perda de transparência, ou a falta de contato com os setores interessados e com objetivos claros postos

não deixam de ser conflitantes, como tirar os equipamentos da Ilha e ao mesmo tempo querer suprir a questão da sazonalidade econômica de uma atividade importante. Citou como parâmetro a Lei de Licitação, que em seu artigo 10, parágrafo 3º, diz que "os contratos e serviços técnicos especializados deverão preferencialmente ser celebrados mediante um concurso de projetos." Analisou que não existe prática mais transparente do que o concurso de projetos e advertiu que estão esquecendo a Lei de Licitação. Lembrou que o próprio Estado, em 2009, criou o Decreto nº 2.307, que autoriza a realização de licitação na modalidade concurso para a seleção de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Finalizou a sua manifestação perguntando quantos projetos foram feitos nessa modalidade. Na sequência, usou da palavra o senhor **José Eduardo Fiates, diretor executivo do Sapiens Parque**, que informou que o planejamento do Master Plan da Arena Multiuso foi previsto desde o início, sendo resultado de um processo de mais de quarenta reuniões com a comunidade. Salientou que a localidade da Arena em Canasvieiras é considerada tecnicamente uma das mais apropriadas porque ajuda economicamente a região, inclusive do ponto de vista da mobilidade, pois fixa as pessoas na comunidade, gera emprego e é um elemento de atração de investimento em infraestrutura, destacando que no próprio licenciamento do Sapiens Parque há obrigatoriedade de haver esse tipo de investimento para que se opere a Arena, como duplicação da SC-401, a melhoria na infraestrutura de água, saneamento e outros [Taquígrafa-revisora: *Jacqueline de O. V. Bitencourt*] Salientou, também, que há necessidade de alguns ajustes técnicos que não são tão complexos, considerando que a solução para o problema da água não está tão distante porque é possível, na área de esporte da Arena, fazer essa adequação. Disse ser um grande desafio a inclusão de equipamento de sistema que permita eventos e lembrou que foi protocolada em 2009 uma sugestão da comunidade, com a assinatura Sapiens Parque, para que fosse consecutiva também a inserção na Arena Multiuso do equipamento de eventos para congressos. Prosseguindo, destacou a importância da discussão, justificando que se não tivesse sido prevista a implantação do mais complexo empreendimento da Arena do Sapiens Parque, dificilmente estaria acontecendo esse debate. Informou que já tem R\$ 50 milhões de investimentos da Petrobras, do Ministério da Saúde e do Ministério de Ciência e Tecnologia sendo feito pelo Sapiens Parque, mas que a Arena, apesar de ser um investimento menor, é mais complexa em termos de desenvolvimento de atividades, destacando que existe um processo concomitante de implantação, coinvestimento e cogestão dos vários envolvidos na questão. Finalizando a sua fala, disse estar convicto de que se não houver um processo de cogestão das várias Secretarias e da comunidade, dificilmente se chegará a uma solução adequada e positiva. Dando prosseguimento à reunião, a senhora Presidente concedeu a palavra ao senhor **Gervásio Duarte da Silva, representante da Associação dos Moradores do Norte da Ilha**, que, sobre o fato de existirem gringos descontentes com as praias poluídas, conforme mencionado anteriormente, disse que a preocupação dele é com a purificação das águas do Aquífero para os moradores. Considerou que para os moradores do norte da Ilha um centro de eventos, de convenções ou apenas uma casa para cuidar dos barcos de pescadores é de grande importância e disse que se uma feira de artesanato ou uma festa de boi de mamão não é um evento, o importante, então, é que se tenha esse centro para eventos. Em seguida, usou da palavra o **Vereador Jean Carlo Leutprecht, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul**, que informou que a Arena Multiuso no seu Município tem 22 mil metros quadrados de área construída e que ali foram investidos R\$ 17 milhões, dos quais R\$ 5 milhões do Governo do Estado e R\$ 12 milhões de orçamento próprio, salientando que hoje é um dos espaços mais modernos em termos de multiuso, embora ainda faltem adequações tecnológicas. Explicou que o projeto contempla a questão de multiuso e, com a tecnologia atual, com as bancadas retráteis e com os equipamentos que são colocados em estruturas móveis, são sediados outros eventos, contando que tinham como carro-chefe o esporte, com 60% dos eventos, e outras atividades com 40%, acrescentando que agora isso está sendo readequado. Registrou que em Jaraguá do Sul e região foi planejado um espaço para eventos esportivos para dez mil pessoas, informando que hoje o índice mundial é de oito mil lugares, porque menos que isso já acarreta problemas com relação a algumas modalidades, por isso Jaraguá do Sul já se antecipa nesse sentido. Destacou que no final de 2007 e início de 2008 foi feita uma doação informal do projeto da Arena de Jaraguá do Sul e, na sequência, caso fosse contemplado, passaria pela Câmara e seriam feitas adequações em função do local. Registrou que em Jaraguá houve concurso interno para escolha da comissão e que um grupo de empresários custeou esse projeto para depois implementá-lo. Finalizando a sua manifestação, colocou-se à disposição para colaborar com o empreendimento da Capital e parabenizou a Comissão pela iniciativa da realização da audiência pública. Retomando a palavra, a senhora **Presidente** pediu ao Secretário Gean Loureiro empenho para viabilizar a documentação, porque não conseguiram ter acesso aos documentos do processo licitatório do projeto e da terraplanagem. O **Secretário Municipal de Governo, Vereador Gean Marques Loureiro**, disse que iria deixar cópia dos documentos sobre o projeto, informou que o governo do Estado contratou a execução do projeto e depois da terraplanagem, necessária para o início das obras, em função da necessidade de adequar o terreno e salientou a necessidade de se conciliar os interesses de um espaço para a atividade esportiva com um espaço para eventos. A senhora **Presidente** informou que já tem uma comissão em andamento na Secretaria de Turismo à qual podem ser agregados o Sapiens Parque, a representação do setor cultural e o Secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Deputado Renato Hinnig. Fazendo uso da palavra, o **Secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Deputado Renato Hinnig**, mostrou-se feliz com a realização do debate e frisou que, apesar da divergência de opiniões em relação a alguns

pontos, há convergência no sentido de se ter esses equipamentos no norte da Ilha. Propôs-se a conversar com o Governo para que a SDR da qual é titular passe a integrar a comissão e mostrou-se disposto a coordenar, daqui para frente, o andamento dos trabalhos, incumbindo-se de encontrar uma solução e sugerir ao Governador um encaminhamento. Registrou que devem estar atentos à necessidade de utilizar os recursos já liberados dentro dos prazos e das normas estabelecidas pelo Governo Federal, lembrando que cabe à Caixa Econômica Federal gerenciar essa questão operacional. Salientou a importância de serem tomadas todas as providências necessárias para a continuidade da obra utilizando-se todos os recursos, bem como propiciar as adequações ao projeto o mais rápido possível, sem prejuízo de implementar esses equipamentos no norte da Ilha. A **senhora Presidente, Deputada Angela Albino**, informou que foram construídos alguns consensos na audiência, sendo o primeiro que é sempre um desperdício de dinheiro público construir qualquer equipamento. Sobre a escolha do nome da obra, considerou o termo Arena Multiuso mais feliz, argumentando que esses grandes equipamentos têm que ser vocacionados para a região. Reconheceu que a região tem vocação específica e que isso pode ser a grande solução para se vencer um entrave e atender um desejo antigo de Florianópolis no *trade* turístico: enfrentar a sazonalidade. Destacou a questão cultural, considerando que a cidade que quer ser turística precisa ter espaço para difundir a cultura, e frisou que não é escolhido o esporte, ou a cultura ou o evento, a Arena precisa ser multiuso. Reiterou que o projeto foi feito sem ouvir a comunidade e que agora será construída uma nova etapa. Registrou que os R\$ 3,5 milhões da Caixa Econômica que deveria ter vindo para Santa Catarina para incentivar o esporte, a cultura e os eventos não vieram e que no dia 24 deste mês se esgota a segunda possibilidade de receber esse valor via CEF. Prosseguindo, pediu ao senhor Manoel Carlos Maia de Oliveira, representante da Viseu, que entregasse para a Comissão de Economia da Alesc uma cópia da animação sobre o Sapiens Parque apresentada na audiência. Solicitou que a CEF também se faça representar nessa comissão multidisciplinar e propôs que a referida comissão seja ampliada com a participação de outros segmentos. O senhor **Edson Carlos de Quadra, representante do Crea**, colocou aquele órgão à disposição para colaborar com a comissão. O senhor **Sebastião dos Santos** informou que o representante da Acif também iria participar dessa comissão multidisciplinar. A senhora **Presidente** informou que o senhor Marcos Vinicius Borges, aqui representando o Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, iria ser o responsável para informar aos participantes a nova data e o novo local da reunião e pediu que as Secretarias de Turismo e do Desenvolvimento Regional dialoguem para ver como o Governo do Estado vai compor essa comissão, salientando ser importante que o Crea, que é um órgão técnico, também participe dela. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. [Taquígrafa-revisora: *Ione Terezinha Reis de Melo.*]

**Deputada Estadual Angela Albino**

**Presidente**

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral

**Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária**

### **ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 07/04/2011**

Aos sete dias do mês de abril do ano dois mil e onze, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior e Neroci da Silva Raupp. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Neroci da Silva Raupp, aprovados pareceres exarado ao Ofício nº 09/2011 de 25/01/2011, Interessado: Diretor Geral da ALESC "Processo nº 023.885/2010-6 - Irregularidades na concorrência Pública nº 225/2010-00 - DNIT" e Ofício nº 12/2011 - CEPIJ de 03/02/2011 - Processo nº 401437-2011.4-CEPIJ, Interessado: Alexandre K. Takaschima - Juiz Coordenador da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude "Lei nº 12.313 de 19/08/2010 - prevê assistência jurídica ao preso dentro do presídio que atribui competências à Defensoria Pública". Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Consultores presentes. Sala das sessões, 07 de abril de 2011.

\*\*\* X X X \*\*\*

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

### **ATA DA 171ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 171ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves e Sérgio Augusto Machado. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processos em Regime de Vista, Consulta - Ofício nº 002/2011 - 10/02/2011, Interessado: Diretor de Recursos Humanos "Pagamento de função PL/FC-5, para a

servidora Ana Lúcia Coelho Mignoni Botelho”, relator Dr. José Buzzi, aprovado por maioria parecer voto vista Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 092/2011 - 06/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações “Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2010-00, celebrado com a Empresa TAF Distribuidora Ltda.”. 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Consulta - Ofício CL nº 096/2011 - 07/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações “Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2009-00, celebrado com a Empresa VH Informática Ltda.”, retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi. 4) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0448/11, de Leila Miazzi; Processo nº 0452/11, de Jorge Sérgio Turatti e a Consulta - Ofício CL nº 102/2011 - 08/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações “Termo de Inexigibilidade e o Contrato, aquisição de cota de patrocínio e de espaço físico, para instalação de stand no VI Congresso das Associações de Parkinson do Brasil na cidade de Florianópolis dos dias 4 a 6 de maio de 2011”. 5) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0443/11, de Cândida de Oliveira Tasso; Processo nº 0445/11, de Valdecir Vargas; Processo nº 0465/11, de Ederson Giovanni Gava; Consulta - Ofício CL nº 091/2011 - 05/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações “Protocolo de Intenções CL nº 003/2011 entre a ALESC e o Lar Fabiano de Cristo” e o Ofício nº 0364-11/SMP/LAG091/2011 - 05/04/2011, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC “Cedência do servidor Wilson José Floriano da ALESC, para a assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul”. 6) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, Consulta - Ofício CL nº 070/2011 - 25/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações “Minutas do Contrato e do Termo de Inexigibilidade - aquisição de 2.000,00 (dois mil) livros que contam a história do Ex-Governador Aderbal Ramos da Silva, da Editora Insular”, aprovado, por maioria, com ‘voto de minerva’ do Senhor Presidente, o voto contrário exarado pelo Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior e aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 093/2011 - 06/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações “Edital para Exame e Aprovação - aquisição e instalação de persianas para a ALESC”. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dezoito (18) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 13 de abril de 2011.

\*\*\* X X X \*\*\*

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente  
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

#### ATA DA 1772ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às onze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1772ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves; Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processos em Regime de Vista, Consulta - Ofício CL nº 096/2011 - 07/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações “Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2009-00, celebrado com a Empresa VH Informática Ltda.”, retirado de pauta pelo Relator Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0505/11, de Fernando Coelho Correia; Processo nº 0471/11, de Mário Eduardo Barzan; Processo nº 0498/11, de Eraldo Kfour, e aprovado parecer pelo indeferimento a Consulta - Ofício s/nº de 31/03/2011, Interessado: Visconti & Ristow Advogados Associados “Relatório dos pagamentos do vale alimentação dos ex-servidores da ALESC: Leila de Oliveira Leal e Waldir da Silva Neto”. 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0476/11, de Izauro Luiz Pereira; Processo nº 0494/11, de Maria Mendes do Nascimento; Processo nº 0486/11, de Rossana Maria Borges Espezin e aprovado parecer por maioria o Processo nº 0343/11, de Luiz Roberto Locks. 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0470/11, de Júlio Cesar Cardoso. Neste momento, assumiu a Presidência dos trabalhos o procurador-adjunto, Dr. Sérgio Augusto Machado. Continuando, Processo nº 0493/11, de Cibele Walmott Borges; Processo nº 0506/11, de Ildemar José Weinert e o Processo nº 0492/11, de Soraya Finco Faria, abstendo-se de votar neste último pelo grau de parentesco o Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior. 5) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados

pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0472/11, de Maria da Graça Marques; Processo nº 0491/11, de Maria Nagiba Demetrio Ribeiro; Processo nº 0497/11, de Maria Ângela de Araújo Bertoluzzi e Processo nº 0508/11, de Ana Maria Alano. 6) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0490/11, de Maria de Lourdes Ghizzo Processo nº 0473/11, de Paulo Roberto Herbst e Processo nº 0496/11, de Moacir Sacenti. 7) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0474/11, de Denise Videira Silva; Processo nº 0475/11, de Leonardo Salvini; Processo nº 0495/11, de Raquel Helena de Borja Ramalho; Processo nº 0507/11, de João Fúlvio Furtado Vieira e a Consulta - Ofício CL nº 108/2011 - 13/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações “Edital para aquisição de frigobar, micro-ondas e televisores para a ALESC”. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte (20) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 18 de abril de 2011.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### AVISO DE LICITAÇÃO

##### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2011

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFRIGERADORES TIPO FRIGOBAR 78 LITROS, TELEVISORES LCD 32 POLEGADAS E FORNOS MICRO-ONDAS 18 LITROS.**

**DATA:** 03/05/2011 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 03 de maio de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)) Florianópolis, 19 de abril de 2011.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

#### AVISO DE RESULTADO

##### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1878/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 005/2011, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: Aquisição de 1200 (mil e duzentas) doses de vacina contra gripe, monodose (dose individual), seringa preenchida.**

##### ITEM ÚNICO

EMPRESAVENCEDORA: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor total global último lance: R\$ 16.800,00

Florianópolis, 19 de abril de 2011

ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

#### DESPACHO

Referência: Pregão Presencial RP nº 001/2011, realizado no dia 30/03/2011.

Objeto: **Locação de copiadora/impressora digital colorida (4 cores), aquisição de dobradeira de papel automática e de guilhotina hidráulica para atender o Gabinete da Presidência e a Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC.**

Assunto: Recurso Administrativo.

Recorrente: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA

Recorrido: Atos da Pregoeira e Equipe de Apoio

Contra-razões: Não houve

## DESPACHO

Acolhendo as razões apresentada pela Pregoeira deste Poder Legislativo Sinara Lúcia Valar Dal Grande e a equipe de apoio designada pela Portaria n.º 1330/2011, decido conhecer do Recurso interposto pela empresa HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA., negando-lhe provimento. Retorne os autos ao Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.

Em 19 de abril de 2011

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

PRESIDENTE

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

## Of.GDM nº 180/2011

Florianópolis, 14 de Abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor

**Gelson Merisio**

Presidente da ALESC

Nesta Casa

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico Vossa Excelência que foi criada a Frente Parlamentar do Transporte, nessa Assembleia Legislativa, que tem como objetivo debater, ouvidas das regiões, planejamento de infraestrutura e mais conhecimento das dificuldades com Carga, Passageiros, Distribuidores Atacadistas e Representantes Comerciais.

A Frente será coordenada por este Deputado e o Vice-Coordenador será o Deputado Estadual Manoel Mota e demais membros que estão sendo convidados.

Atenciosamente,

**DARCI DE MATOS**

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 079/11

## ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS INTERMUNICIPAL DE CATANDUVAS, JABORÁ E VARGEM GRANDE

Of. nº 001/2011

Catanduvas, 11 de abril de 2011

Excelentíssimo Senhor

**Gelson Merisio**

DD Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Em atendimento ao art. 3º da Lei nº 15.125 de 19 de Janeiro de 2010, a qual dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual, segue em anexo documentação exigida para manutenção da declaração de utilidade pública de nossa associação.

Atenciosamente,

**JORGE ALEXANDRE CZECH**

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 080/11

## ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MAFRA

Of. nº 01/ABCM/11

Mafra, 12 de abril de 2011.

Ao Senhor

**Gelson Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Consignando nossos cordiais cumprimentos, venho através deste apresentar a relação de documentos necessários para manter atualizado o cadastro da Associação dos Bombeiros Comunitários de Mafra junto a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Reitero votos de estima e apreço.

**NELSON ROQUE DIAS PAZ**

Presidente da ABCM

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 081/11

## ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CAPINZAL E OURO - SC

Ofício nº 07/2011

Capinzal, 07 de abril de 2011.

Exmo. Senhor Deputado

Gelson Merisio

MD Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho, em anexo, a documentação referente à manutenção da Declaração de Utilidade Pública a nível estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de considerações e apreço ao tempo em que nos colocamos inteiramente a disposição.

Atenciosamente,

**ADELAR LUCAS DE MELO**

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 082/11

## ASAPREV

## Associação dos Aposentados, pensionistas e idosos de Blumenau

Blumenau, 13 de abril de 2011

PRESI. 008/2011

Ao

Exmo Sr. Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa

Conforme Art. 3º da Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007, estamos encaminhando os seguintes documentos:

- Relatório anual de atividades
- Declaração de que permanecemos cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da Declaração de Utilidade pública
- Balancete Contábil.

Atenciosamente,

Hildo Mario de Novaes

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 083/11

## ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA - SC

Ofício nº 12/2011

Herval D'Oeste, 07 de abril de 2011

Exmo. Senhor Deputado

Gelson Merisio

MD Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Encaminho, em anexo, a documentação referente à manutenção da Declaração de Utilidade Pública a nível estadual

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de considerações e apreço ao tempo em que nos colocamos inteiramente a disposição.

Atenciosamente,

**Altevir Da Cas**

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 084/11

## APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Fortuna

Of. Nº 22/2011

Rio Fortuna - SC, em 05 de abril de 2011.

Ao Exmo. Sr.

Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**Senhor Presidente,**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Rio Fortuna, vem, através do presente, encaminhar a vossa senhoria a documentação referente à manutenção do seu **TÍTULO de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.**

Atenciosamente,

**DárioSchuelter**

Presidente - APAE de Rio Fortuna

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 085/11****Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taió**

Ofício nº 31/11

Taió, 13 de abril de 2011

Ilmo. Sr.

Deputado Gelson Merisio  
 Presidente da Assembleia Legislativa  
 Florianópolis

Prezado Senhor,

Anexo, estamos enviando documentos para manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taió.

Sem mais para o momento despedimo-nos com um abraço APAEano.

Atenciosamente,

Magali Zomer

**Diretora da APAE de Taió**

Matrícula 168.720.4

*Lido no Expediente**Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 086/11****Instituto Joinvilense de Educação e Assistência  
Centro Educacional Dom Bosco**

Ofício nº 45/2.011 SOA/CEDB JOINVILLE, 13 DE ABRIL DE 2.011

A

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SR PRESIDENTE DEPUTADO GELSON MERISIO  
 COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO

**REF.: LEI Nº 15.125, DE 19 DE JANEIRO DE 2010**

Prestação de contas de Utilidade Pública Estadual

O Instituto Joinvilense de Educação e Assistência - IJEA realiza serviços correspondentes a modalidade de Proteção Social Básica, atendendo adolescentes e jovens cujos direitos não foram violados, embora em situação de vulnerabilidade social, tendo caráter essencialmente preventivo utilizando-se de ações de socialização e sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; programas de incentivo ao protagonismo juvenil, cursos de educação para o trabalho e oficinas para convivência e sociabilidade das crianças e adolescentes. Este serviço tem como objetivo a prevenção de situações de risco, miséria, bem como, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Conforme determinado em lei, segue em anexo os documentos solicitados para a manutenção de Utilidade Pública Estadual. Outrossim, enviamos também a cópia da Ata da última eleição.

- A) Relatório de Atividades de 2010
  - B) Atestado de Funcionamento Atual
  - C) Certidão atualizada no cartório de Registro
  - D) Balancete Contábil
  - E) Ata de Eleição da atual diretoria
- Sendo o que tínhamos a esclarecer,  
 Atenciosamente.

**INSTITUTO JOINVILLENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA***Lido no Expediente**Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 087/11****APAE - Correia Pinto - SC**

OFÍCIO Nº 096/11

CORREIA PINTO, 06 DE ABRIL DE 2011.

**ILMO SR.****DEPUTADO GELSON MERISIO****PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA****FLORIANÓPOLIS - SC**

Estamos encaminhando documentação solicitada no artigo 3º para manter o status de Utilidade Pública Estadual.

- Relatório anual de atividades de 2010;
- Atestado de funcionamento atualizado;
- Certidão dos atos constitutivos;
- Balancete contábil 2010.

Agradecemos a atenção.

Atenciosamente.

Eliane Rita K. Rodrigues

Presidente APAE

Correia Pinto - SC

*Lido no Expediente**Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 088/11****Associação de Serviços Voluntários de Guaramirim****BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**

OF. 20/2011

Guaramirim, 13 de abril de 2011.

**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

Exmo.

Deputado Gelson Luiz Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezado Senhor:

Assunto: **Relatório circunstanciado exercício de 2010**

Atendendo a Lei 15.125 de 19 de Janeiro de 2010, Artigo 3º, segue para Vossa apreciação e deferimento do título de Utilidade Pública Estadual o relatório de atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim "Bombeiros Voluntários" e os demais documentos referidos nessa Lei.

Na certeza da Vossa atenção especial, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Mauro José Deretti

Presidente em Exercício

*Lido no Expediente**Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 089/11****ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BAKHITA****RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO 2010**

Joinville/SC

*Lido no Expediente**Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 090/11****Associação de Serviços Voluntários de Jaraguá do Sul " BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"**

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2011.

Exmo Sr.

Reno Caramori

M.D Deputado Estadual

Assunto: Encaminhamento Relatório de Atividades Exercício de 2010

Em atendimento a legislação em vigor, com o objetivo de manutenção do título de utilidade pública estadual, encaminhamos relatório circunstanciado do exercício de 2010, bom como outros documentos previstos em lei para análise e deliberação.

Gratos pela atenção dispensada, aproveitamos o ensejo para apresentar-lhes nossas cordiais saudações.

Atenciosamente

Giorgio Rodrigo Donini

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 091/11****APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Sul - SC**

Ofício APAE nº. 018

São João do Sul, em 13 de abril de 2011.

**Exmo Sr.****GELSON MERÍSIO****Deputado do Estado de Santa Catarina****FLORIANÓPOLIS-SC**

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste encaminhar a Prestação de Contas da **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO JOÃO DO SUL** referente ao ano de 2010, conforme Lei 15.125.

Certo de vossa cordial atenção aproveita o ensejo para apresentar votos da mais elevada estima.

Atenciosamente

PAULO SÉRGIO CARDOSO

*Lido no Expediente**Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 092/11**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**CERTIDÃO**

Ralf Benkendorf, Diretor- Geral da Câmara de Veradores de Joinville, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

**Certifica**, para os devidos fins e efeitos, que o “**Grupo de Voluntárias do Hospital Municipal São José**” é reconhecida de Utilidade Pública pela Lei nº 2364, de 1º de dezembro de 1989, respeitadas as disposições legais da Lei nº 1086/70.

Certifica ainda que, a entidade está atualizada no encaminhamento com regularidade dos relatórios anuais, os quais constam suas principais atividades.

E, por ser verdade, passa a presente certidão, que data e firma.

Joinville, 29 de março de 2011

Ralf Benkendorf

Diretor - Geral

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 093/11**

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**

CNPJ 72.393.747/0001-68

Nome/Razão Apae Quilombo

Ano Referência: 2010

Número do Recibo: 904670849480214011

Tipo de Realatório: Prestação de Contas

**Identificação**

Nome/Razão: Apae Quilombo

CNPJ 72.393.747/0001-68

Nome Fantasia: Escola de educação Especial Paulo Freire

Endereço: Rua Papa Pio XII 1040 Nova Esperança

Cidade: Quilombo UF: SC CEP: 8950000

Telefone: 049-33463079 Telefone 2: 049- Fax: 049 - 33463079

E-mail Entidade: apaequilombo@yahoo.com.br Sítio Eletrônico:

Natureza Jurídica: Associação

**Tipo de Estabelecimento**

A Sede da Entidade é: Própria

**Estatuto/ Diretoria**

**Documento Legal de Registro (Estatuto)**

UF:SC

Cartório: OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Data do Registro: 30/06/1992 Livro/Folha: A - 01/010vº

Número do Registro/Matrícula: 047

**Composição da Atual Diretoria Estatutária**

Houve Alterações na Diretoria no Exercício Anterior ? Não

Mandato Atual Diretoria: data Início: 31/12/2007 Data Término: 30/12/2010

Representante Legal da Entidade: Expedido Roque Lanhi

Cargo: Presidente

Profissão: Contador

CPF: **147.940.989-87** RG: **3848238** Órgão Expedidor: **SSPSC**

Sexo: **M** Data de Nascimento: 17/04/1947

Nome da Mãe: **VIRGINIA LANHI**

É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 094/11**

**APAE - Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de garuva**  
**Garuva, 07 de abril de 2011.**

**EXMO SR**

**NILSON GONÇALVES**

**DEPUTADO ESTADUAL**

**FLORIANÓPOLIS/SC**

Senhor Deputado,

Externando nossos cordiais cumprimentos, vimos à presença de Vossa Excelência, apresentando a documentação anexa, solicitar a atualização das prestações de contas e relatórios de atividades desta entidade. Assumimos esta diretoria no mês de janeiro do corrente ano, e não sabemos o motivo da falta de envio destes documentos.

Segue anexo a documentação para regularização da mesma, e solicitamos que nos seja enviada a certidão para que possamos estar tendo a isenção das taxas cartorárias.

Antecipadamente agradecemos a atenção que Vossa Excelência dispensada às escolas Especiais, externando nossos sinceros protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Valdomiro Oliveira da Silva  
 Presidente

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/04/11*

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS**

**PORTARIA Nº 1936, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LAIRTO WOLSTEINER**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jorge Teixeira).

Nazarildo Tancredo Knabben  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1937, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ADRIANA DA CUNHA KÖNIG**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1938, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARCELO SILVEIRA FORMIGA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Volnei Morastoni).

Nazarildo Tancredo Knabben  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1939, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LUCAS PEREIRA DE MELO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).

Nazarildo Tancredo Knabben  
 Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1940, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR NICEIA PEDRO DA CUNHA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1941, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **VALCIR PAVANATE**, matrícula nº 6816, na Diretoria Financeira.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1942, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 007/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1943, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1266	Mario Eduardo Barzan	02/04/06	01/04/11	471/11
0622	Maria da Graça Marques	01/04/06	31/03/11	472/11
1540	Paulo Roberto Herbst	03/11/02	02/01/11	473/11
1818	Denise Videira Silva	02/03/04	21/07/10	474/11
2088	Leonardo Salvini	02/04/06	01/04/11	475/11
2091	Izauro Luiz Pereira	02/04/06	01/04/11	476/11
4990	Maria Nagiba Demetrio Ribeiro	30/03/05	29/03/11	491/11
2089	Soraya Finco Faria	03/04/06	02/03/11	492/11

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1944, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2087	Maria Mendes do Nascimento	03/04/06	02/04/11	494/11
2079	Raquel Helena de Borja Ramalho	03/01/06	02/01/11	495/11
0992	Moacir Sacenti	03/04/06	02/04/11	496/11
0984	Maria Angela de A. Bortoluzzi	07/03/06	06/04/11	497/11
0617	Eraldo Kfourri	01/04/06	31/03/11	498/11
2157	Joao Fulvio Furtado Vieira	11/04/06	10/04/11	507/11
4961	Ana Maria Alano	11/04/06	10/04/11	508/11

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1945, de 19 de abril de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Julio Cesar Cardoso	3297	3%	15%	04/04/11	470/11
Maria de Lourdes Guizzo	1823	3%	33%	10/04/11	490/11
Cibele Walmott Borges	3157	3%	3%	06/04/11	493/11
Fernando Coelho Correia	5679	3%	3%	01/04/11	505/11
Ildemar Jose Weinert	4524	3%	3%	06/04/11	506/11

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 117/11**

Proíbe a realização de "Puxadas de Cavalos" no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Determina a proibição de "Puxadas de Cavalos" no Estado de Santa Catarina.

§ 1º Considera-se "puxada de cavalos" a competição que obriga cavalos a arrastar uma carreta conhecida por "Zorra", sem rodas, com pesos que colocam em risco os animais.

Art. 2º O não cumprimento desta lei acarretará multa no valor de cinquenta mil reais e na reincidência o dobro deste valor e assim sucessivamente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

**Justificativa**

“Dia 15 de abril de 2011, organizações de defesa dos direitos dos animais e ativistas independentes realizaram manifestação em Florianópolis contra a “farra do boi”, que mesmo criminalizada ainda é praticada em algumas comunidades catarinenses e contra as “puxadas de cavalos”, realizadas em Pomerode e outras cidades de Santa Catarina.

A “farra do boi” consiste na perseguição de bois saltos nas ruas das comunidades praticantes. Centenas de pessoas, a maioria alcoolizada, a pé, em motos e automóveis, perseguem, torturam e maltratam os animais que em fuga se lançam contra cercas de arame farpado, invadem residências e estabelecimentos comerciais e entram no mar. Via de regra, os animais morrem devido aos ferimentos, afogados ou são posteriormente abatidos e a carne se transforma em churrasco para os participantes.

A “puxada de cavalos” é uma competição que obriga uma parelha de cavalos a arrastar uma carreta conhecida por “Zorra”, sem rodas, com sacos de areia cujo peso total varia de 1.000 a 2.500kg por um percurso de 24 metros em uma pista improvisada com lama.

Arrastar esta carga em uma carreta sem rodas em um trecho de chão e lama pode dobrar o peso da carga devido ao atrito com o solo. O esforço físico exagerado imposto aos animais leva a um quadro de exaustão e destruição da estrutura muscular, insuficiência renal e sofrimento orgânico que pode culminar em suas mortes.

Ocorre também sobrecarga das funções cardiovascular e respiratória com elevação da pressão arterial além de sofrimento mental pela situação de subjugação e estresse a que o animal é submetido.

Em abril de 2010, um grupo de ativistas pelos direitos dos animais que protestava pacífica e ordeiramente foi brutal e covardemente agredido pelos praticantes de uma puxada de cavalos em Pomerode resultando em vários manifestantes hospitalizados com ferimentos e fraturas graves.

Durante a manifestação do dia 15 de maio organizada pelas ongs Instituto Ambiental Ecosul, ApraBlu, AMA Bichos, com apoio da WSPA Brasil, Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e outras 30 entidades catarinenses e nacionais, será colhido abaixo-assinado que será entregue na Assembleia Legislativa com um documento das organizações, solicitando uma lei que proíba as puxadas no estado.”

Diante destas argumentações do movimento de proteção aos animais, apresento a presente lei que Proíbe esta prática no nosso estado.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 118/11**

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul, com sede no município de Rio do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul, com sede no município de Rio do Sul.

Diante da relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que tem por finalidade promover a aproximação entre dirigentes de empresas lojistas, visando estreitar o companheirismo e a colaboração recíproca, manter os serviços de utilidade para empresas lojistas e associadas que lhe sejam tecnicamente possíveis, mediante recursos específicos, bem como aqueles considerados de caráter público para atendimento aos consumidores em geral, implantar, apoiar, difundir e promover projetos de caráter turístico e cultural no município do Rio do Sul, dentre outros, solicito o acolhimento da presente da presente proposição, a qual submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 119/11**

Cria o Programa Especial de Atendimento para fins de renda e emprego para mulheres vítimas de violência doméstica, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a instituir, no Estado de Santa Catarina, Programa Especial de Atendimento para fins de renda e emprego para mulheres vítimas de violência doméstica.

Art. 2º Os órgãos e estabelecimentos de assistência social ligados ao Poder Executivo Estadual serão obrigados a atender às mulheres referidas no caput com as seguintes cotas de prioridade:

I - destinar até dez por cento das vagas anuais para cursos de capacitação e qualificação profissional sob sua administração ou das instituições de treinamento conveniadas;

II - destinar até dez por cento dos encaminhamentos mensais para as vagas de empregos formais;

III - dar assistência direta, de treinamento e linhas de crédito, por meio de consultorias especializadas conveniadas, na montagem de micro negócios.

Art. 3º Os recursos para o Programa instituído por esta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

**JUSTIFICATIVA**

Esta proposição visa garantir os direitos preconizados na Lei Federal nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Assim, com a criação do Programa Especial de Atendimento para fins de renda e emprego para mulheres vítimas de violência doméstica, visa-se promover institucionalmente meios legais para que a mulher catarinense vítima de violência doméstica adquira, por meios próprios, sua independência econômica e moral.

Portanto, por se tratar de medida de alto alcance social, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 120/11**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - Apas, do município de Concórdia.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - Apas, com sede no município de Concórdia.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 19/04/11

**JUSTIFICATIVA**

A Associação de Pais e Amigos dos Surdos - Apas, com sede no município de Concórdia, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidades promover o bem-estar e o ajustamento geral dos indivíduos deficientes auditivos e com distúrbios de linguagem, estimular o estudo e pesquisa, relativos aos problemas dessas pessoas.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

\*\*\* X X X \*\*\*